

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.411 - SP (2019/0302767-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RENAN BORTOLETTO
ADVOGADO : RENAN BORTOLETTO - SP314534
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : D A F
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de D A F contra acórdão, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido na Apelação Criminal n. 0003374-31.2015.8.26.0347, a qual foi parcialmente provida para majorar a pena do paciente.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso nos artigos 157, 213, *caput*, e 213 § 1º, ambos c.c. o artigo 14, inciso II, e artigo 71, § único, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, a 10 anos e 8 meses de reclusão, no regime fechado.

No presente *writ*, o impetrante requer, em liminar e no mérito, a desclassificação dos crimes previstos no art. 213 para o delito de importunação ofensiva ao pudor tipificado no art. 215-A, todos do Código Penal, bem como a redução da pena-base no crime de estupro para o mínimo legal, ou para que seaj aumentada apenas em 1/6.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

